



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ E A COLABORAÇÃO DO INTELLECTUAL ROCHA POMBO NA IDEALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1853-1913)

Even Marila Bilinski Zwierzykowski
zevenmarila@yahoo.com.br
Valéria Aparecida Schena
(FAFIUV)

Resumo

O presente artigo relata um estudo realizado com base na história do Paraná desde sua colonização até meados de sua modernização, com objetivo de demonstrar o seu desenvolvimento em aspectos de colonização, economia, política e modernização. No decorrer do estudo, são apresentados os fatos que resultaram no progresso do Estado, enfocando em especial, a contribuição do Intelectual Paranaense Rocha Pombo na modernização do Paraná através da idealização e construção da Universidade do Paraná, localizada na cidade de Curitiba, capital do Estado. Além desse importante fato, discutiremos brevemente a contribuição da elite ervateira da época diante da modernização junto ao trabalho de Rocha Pombo em prol deste desenvolvimento. A esse respeito contextualizaremos as ideias apresentadas pelos pesquisadores Ruy Wachowicz (1967), Nívio de Campos (2008), entre outros. Também apresentamos a idealização da Universidade do Paraná que foi resultado do trabalho de Rocha Pombo, mesmo sendo este reprimido em seus ideais durante a luta por esta conquista. Ainda neste artigo é ressaltada a homenagem feita pelo município de Mallet – Pr a Rocha Pombo, através da nomenclatura da Escola Normal de Grau Ginasial Professor Rocha Pombo, atual Colégio Professor Dario Veloso, isso devido ao seu legado diante da sociedade.

Palavras chave: Paraná. Modernização. Rocha Pombo. Universidade.

INTRODUÇÃO

Até meados do século XIX, o Paraná era um lugar de terras praticamente desabitadas, as quais, só foram desbravadas por seus colonizadores por volta do ano de 1829, com intuito de colonizar as terras e proporcionar desenvolvimento ao local, induzidos pelo governo provincial.

Neste período, o Brasil ainda era uma província comandada pela forma de governo denominada monarquia, sistema de governo que passava de pai para filho, ou seja, era hereditário. Durante este período, o Brasil foi governado por Dom Pedro I e Dom Pedro II, durante o qual teve alguns avanços em questão de economia, relacionados ao desenvolvimento da produção cafeeira que resultou em mudanças fundamentais para a sua comercialização como é o caso da construção das estradas de ferro e a utilização de mão de obra para desenvolvimento dos trabalhos, proporcionando assim surgimento de empregos.

A Província do Paraná era pequena, e pouco habitada, porém com o governo de Zacarias de Goes e Vasconcelos, houve grandes mudanças diante da Província: Curitiba se tornou cidade capital, deu-se a construção denominada Estrada da Graciosa, ocorrendo também a organização de várias escolas primárias, entre outras bem feitorias, ocorridas durante o seu mandato.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Várias foram às etapas vencidas pela Província do Paraná até a era Republicana. Em questão de economia, passaram-se várias fases, como a do ouro, agricultura e pecuária que resultou no Tropeirismo, o cultivo e exportação da madeira e da erva mate. Esta última propiciou de forma mais avançada, o desenvolvimento do Estado, a partir da Proclamação da República, em 1889.

A partir da Proclamação da República, o estado do Paraná era visto por muitos intelectuais, como um lugar propício para o desenvolvimento da modernização, o que faz surgir o interesse da construção da Universidade do Paraná.

Para desenvolver o presente estudo, foram analisados aspectos como: colonização, desenvolvimento econômico, social e político e a modernização do Estado do Paraná através da idealização da Universidade, e a importante contribuição do Intelectual Paranaense Rocha Pombo, no decorrer dos fatos.

De acordo com os objetivos, a pesquisa teve como base a pesquisa documental, citando a contribuição de alguns pesquisadores dentre os quais podemos citar Ruy Wachowicz (1967), com sua importante obra “História do Paraná”, que contextualiza o desenvolvimento do Estado desde os seus primórdios.

Para ressaltar a importância do intelectual Paranaense, Rocha Pombo, foi utilizada a obra de Nêvio de Campos (2008), “Intelectuais Paranaenses e as Concepções de Universidade” a qual relata acontecimentos importantes durante a fase de modernização do estado e a constituição da Universidade do Paraná.

Com base nesses e em outros importantes pesquisadores, buscaremos enfatizar a história do Paraná, dando-se ênfase aos aspectos da colonização, do desenvolvimento econômico, social, político e moderno do atual Estado brasileiro.

Cabe ressaltar que em meados de 1956, Rocha Pombo teve seu legado homenageado pela Escola Normal de Grau Ginásial Professor Rocha Pombo no município de Mallet – Pr, atualmente denominada como Colégio Professor Dario Veloso, isso devido ao seu legado diante desta sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ERA PROVINCIAL PARANAENSE (1853 – 1889)

Evidencia-se que todas as coisas existentes no planeta terra e no universo têm por trás de si, por mais que pequena, uma história, mesmo que esta, ainda esteja sendo estudada através das ciências, humanas ou exatas, que procuram uma explicação para tudo que ocorreu, ocorre ou ocorrerá.

Desta forma, entende-se que uma terra marcada pelo cultivo em abundância da mais bela árvore do nosso país: o Pinheiro Araucária e pelas colonizações ocorridas através das imigrações de inúmeras etnias tem uma belíssima história que pode ser estudada e aprofundada a cada dia que se passa.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Até o século XIX, o Paraná era praticamente desabitado. Foi a partir de meados de 1829 que começaram a chegar os primeiros imigrantes europeus. A primeira etnia a se estabelecer em terras paranaenses foi à etnia alemã, os quais fundaram a colônia Rio Negro. Cinco anos após a sua chegada foi à vez dos imigrantes franceses e suíços, que se estabeleceram nos sertões do Paraná e fundaram a colônia Thereza.

Também podem ser destacadas outras cidades fundadas a partir de imigrações, como relata Eitel (1995, p. 80), “os alemães, italianos e russos fundaram a cidade de Palmeira; os poloneses fundaram São Mateus do Sul; os alemães e russos, a cidade de Ponta Grossa; os poloneses e ucranianos fundaram União da Vitória, os ingleses, a cidade de Londrina.”

Os governantes da Província do Paraná tinham muito interesse em propagar as imigrações dentro da mesma, pois estes habitariam grande espaço ainda não devastado em terras brasileiras. Situação que era defendida não somente pelo governo Provincial Paranaense, mas também pelo próprio governo brasileiro, pois nesta época, entre o final do século XIX e início do século XX, os grandes fazendeiros brasileiros devido à falta de mão de obra barata para o desempenho do trabalho, naquela época, passavam por grandes dificuldades. No entanto, isso ocorria, em razão das políticas inglesas que tinham por escopo o fim da escravidão no mundo todo. Muitas etnias migraram e tiveram interesse de habitar o Brasil, buscando melhores condições de vida e de trabalho, todavia, o Brasil ainda era um país com regiões não desbravadas e se destacava pelo grande crescimento no cultivo de café. Diante disso, o Brasil teve um avanço significativo em seu desenvolvimento.

A partir da metade do século XIX, aconteciam no Brasil significativas mudanças econômicas, sociais e demográficas. O progressivo declínio da produção de cana-de-açúcar no Nordeste representava uma das mais importantes mudanças econômicas. O poder econômico se deslocava para o Centro-Sul e se assentava na produção de café, que ocupava cada vez mais mão-de-obra e gerava um capital precioso capaz de, por várias décadas, tirar o Brasil de índices negativos em sua balança comercial. (ANTOCZECEN apud ZWIERZYKOWSKI, 2011 p. 04)

O Paraná, até os anos de 1853, pertencia à província de São Paulo, porém aos 19 dias do mês de dezembro de 1853, a emancipação do Paraná concretizou-se, fato que fez com que os governantes despertassem maior interesse, do já existente, em colonizar as terras paranaenses, ocupando assim, o território.

O período provincial no Paraná teve a duração de 36 anos, desde 19 de dezembro de 1853 até 15 de novembro de 1889, quando o Brasil aderiu ao regime republicano de governo. Neste período, teve o Paraná 41 presidentes de Província, o que significa, em média, aproximadamente, oito meses e meio para cada gestão. Este fato é uma demonstração cabal da instabilidade dos governos provinciais. Os presidentes de província eram escolhidos entre os elementos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pertencentes ao partido político dominante do cenário nacional. (WACHOWICZ, p. 89, 1976)

A Província do Paraná era pequena e pobre, em 1854 possuía somente 62.000 habitantes e de certa forma era usado como trampolim para os políticos ambiciosos que queriam assumir melhores cargos diante do país. Um dos presidentes que mais bem representou o Paraná e o beneficiou, foi o baiano Zacarias de Goes e Vasconcelos, que segundo Wachowicz (1976, p. 90) era “homem de grande visão política e administrativa, que soube orientar os primeiros passos da jovem província, de maneira sábia e eficiente.”

Um dos fatos que marcou o seu governo na Província Paranaense foi a confirmação da cidade de Curitiba como capital da província, decisão que foi aprovada pela Assembléia Provincial, sendo os argumentos a favor de Curitiba expostos pelo próprio presidente, tais como:

- a) A cidade de Curitiba fica mais ao centro da província;
- b) É a cidade mais populosa e com maior número de eleitores;
- c) A localização faz com que se torne fácil a distribuição da justiça e facilita a administração da província, entre outras situações.

Segundo o que afirma os escritos de Wachowicz (1976, p. 92), ainda ocorreram os seguintes fatos e acontecimentos durante o governo de Zacarias:

- a. A divisão da Província em três comarcas; a de Curitiba, Paranaguá e Castro.
- b. A criação de uma Companhia Policial, a fim de proporcionar aos cidadãos maior segurança individual.
- c. O início da Construção da estrada que liga Curitiba a Antonina, a famosa Estrada da Graciosa.
- d. A organização de várias escolas primárias e a criação das cadeiras de francês, latim e inglês no liceu paranaense.

Desta forma podemos compreender que durante o governo do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos várias foram às benfeitorias que ocorreram para o desenvolvimento da Província do Paraná, ainda podendo ser destacados os nomes dos demais presidentes que deram sua contribuição neste desenvolvimento: Francisco Liberato de Matos, André de Pádua Fleurey, Frederico de Araújo Abranches, Adolfo Lamenha Lins, Jesuino Marcondes, Manuel Pinto de Souza Dantas, João José Pedrosa, Oliveira Belo, entre outros.

Entre os 36 anos em que o Paraná foi Província, ocorreram benfeitorias que fizeram com que o desenvolvimento se propagasse, pois a sua população que era de 62.000 habitantes passou para 120.000 e sua economia passou a ser baseada no cultivo e exploração de erva-mate.





A Economia da Província do Paraná e do Paraná Republicano

A mão de obra utilizada na época era a escrava, de maneira não avassaladora como no nordeste e em Minas Gerais. No entanto, “a escravidão não foi, no Paraná, a única fonte de trabalho, porque, paralelamente aos escravos, eram inúmeros os homens livres que trabalhavam não como empregados, mas como membros de famílias numerosas.” (WACHOWICZ, 1976, p. 102)

No começo, a fonte de renda da sociedade paranaense era a mineração do ouro no litoral, onde se fazia necessária a utilização de mão de obra escrava baseada, sobretudo no índio. Porém, a proporção de mineração decaiu e a mão de obra escrava foi destinada para a agricultura e para a pecuária, atividades que prevalecem até os dias de hoje.

Com o declínio do ciclo do ouro, os povoados necessitavam de outra fonte de renda. Como a maioria destes criava gado para consumo próprio, enxergaram na pecuária uma grande fonte de renda e passaram a criar gados em fazendas em maior proporção e a comercializá-los. Conhecida como ciclo do Tropeirismo, tornou-se a principal atividade econômica. Era denominada assim, devido aos negócios que realizavam, pois iam comprar as mulas no Rio Grande do Sul, no Uruguai, na Argentina e conduziam-nas em tropas, durante uma caminhada que duravam três meses pela estrada de Viamão, invernavam-nas por alguns meses nos campos do Paraná, e vendiam-nas na grande feira anual de Sorocaba, aonde vinham comprá-las paulistas, mineiros e fluminenses.

Com o tempo a pecuária foi perdendo espaço e foi sendo substituída pela produção de erva-mate.

As terras paranaenses são conhecidas em inúmeros lugares, pelo cultivo da mais bela árvore: O pinheiro Araucária e a erva mate, esta última, é utilizada como bebida ainda hoje. Em meados do século XIX foi que o cultivo e a produção desta planta tiveram grandes escalas. Foi uma época de ouro, pois o produto foi exportado para comerciantes de Montevidéu e Buenos Aires, venda que chegou a representar 85% da economia da província. Podendo-se destacar através de Wachowicz (1976, p. 96), a situação que então ocorria: “A exploração de mate fez surgir no Paraná certo bem estar e confiança no futuro, chegando a formar no interior uma classe média, composta de produtores...”

Em 1853, possuía o Paraná 90 engenhos de beneficiamento do mate, tendo o produto paranaense alcançado grande consumo nos mercados de Buenos Aires, Valparaíso, Montevidéu e Rio de Janeiro. Sua importância econômica como principal produto paranaense ultrapassou o período colonial e, até a Primeira Guerra Mundial, foi o esteio da economia do Paraná, apesar da forte concorrência oferecida pelo Paraguai. (WACHOWICZ, p. 96, 1976)

Toda a produção ervateira era transportada, primeiramente pelo litoral e pelos caminhos da serra, foi depois da construção da Estrada da Graciosa que a produção pode ser transportada através de carroções eslavos que eram muito mais eficientes.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O século XX assinala a entrada da madeira paranaense, em larga escala, no mercado internacional, tendo o estado, por muitos anos, suprido com esse produto os mercados platinos e alguns mercados europeus. (LAVALLE, p. 45, 1981)

Esse crescente desenvolvimento ocorreu, devido ao comércio da madeira, pois fez com que a situação se tornasse favorável para a expansão do movimento da economia paranaense, resultando assim, na criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria, “a qual começou a mostrar desde logo o acerto de sua criação, procurando animar essa aspiração geral do congresso que se nota em todos os pontos do nosso território...” (ALBUQUERQUE apud LAVALLE, p. 46, 1981).

Em 1924 houve o declínio na exportação da madeira o que fez com que a erva-mate voltasse à ativa, reforçando negócios com mercados geralmente platinos. Nesta mesma época ocorreu a oportunidade de exportar café produzido no Paraná, para os mercados europeus, através da navegação direta entre Paranaguá e a Europa, abrindo possibilidades de novos mercados para a madeira, porém em longo prazo.

A Proclamação da República e o Estado do Paraná

Desde o ano de 1840 até o ano de 1889, o Brasil era um país comandado pelo regime monárquico, sistema de governo que passava de pai para filho, período que o país teve somente dois imperadores: Dom Pedro I e Dom Pedro II. Esta fase do regime monárquico teve segundo Casalecchi (1992) algumas vantagens, pois o Brasil, em alguns aspectos avançou gradativamente, como é o caso da construção de escolas primárias e a obrigatoriedade do ensino primário para toda população, surgimento das primeiras estradas de ferro, cultivo de lavouras de café e expansão econômica através de atividade comercial entre o Brasil e outros países, entre outros fatores.

A cultura do café não foi só importante por ter resolvido a nossa situação de crise. A sua marcha provocou, pelos seus efeitos, mudanças fundamentais, o desenvolvimento econômico e social do período monárquico. 1) Para resolver os seus problemas de transportes, implanta e desenvolve o sistema ferroviário; 2) para resolver os problemas do beneficiamento e ensacamento, dinamiza as atividades industriais de máquinas de beneficiar café e sacaria, ao mesmo tempo que incentiva a indústria têxtil para vestir seus trabalhadores (escravos, depois os assalariados); 3) para resolver os seus problemas de comercialização, financiamento e abastecimento, dinamiza as atividades de comércio de exportação e importação, o sistema bancário, o convívio urbano, além de propiciar o desenvolvimento dos portos, armazéns, transportes urbanos, numa palavra – auxilia o crescimento ou o aparecimento de cidades; 4) para resolver os seus problemas de mão-de-obra utiliza-se dos escravos e depois, com a extinção





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

do tráfico, em 1850, e com a crescente necessidade de braços para lavoura com a expansão, introduz-se o trabalhador livre: o assalariado. (CASALECCHI, p. 19, 1992)

No ano de 1870, motivados pelo interesse em desenvolver o país economicamente e embasados por fatores de declínio do regime monárquico como a falta de apoio dos grandes agricultores, o desejo da classe média e de profissionais liberais em ter liberdade política, a interferência de D. Pedro II nas ordens religiosas, provocando atritos com a Igreja Católica, fez com que parte da população urbana da província aderisse ao movimento republicano. Porém, na província do Paraná os ideais republicanos só tomaram forte impulso em 1888, através de Vicente Machado, que aderiu a causa republicana, demonstrando a necessidade de autonomia administrativa para as províncias.

De acordo com Wachowicz (1976, p. 121), diversos fatores ajudaram a difusão das idéias republicanas, como é o caso da “velhice do monarca, o isolamento da monarquia brasileira, que era a única na América do Sul, e a indiferença com os grandes proprietários de terras passaram a tratar a monarquia, após 13 de maio de 1888, quando da abolição da escravidão, que os prejudicou sensivelmente.”

No entanto, a passagem da Monarquia para a República não causou, além de pequenos incidentes, reação por parte dos monárquicos, tão pouco grandes manifestações populares de apoio, pois a participação popular foi restrita em todo o movimento.

No dia 15 de novembro de 1889 era proclamada a República no Brasil, conforme é ressaltado:

O país deixava de ser uma Monarquia Constitucional, com todo o seu aparato governamental centralizado na figura do imperador D. Pedro II, e passava a ser administrado por um presidente da República, o marechal Deodoro da Fonseca. (MARTINS, 2001, p. 7).

Em 1889, o Paraná contava apenas com um deputado republicano, dentre os 20 que faziam parte da Assembléia Legislativa. Os partidos Políticos da era Imperial, o liberal e o conservador, adaptaram-se as circunstâncias. O partido conservador, liderado por Barão do Sêro azul, tornou-se Partido Republicano federal e os liberais formaram o Partido Republicano Paranaense, chefiado por Generoso Marques dos Santos.

O Estado do Paraná nos seus primeiros anos de regime republicano sofreu as conseqüências de várias crises políticas, como foi o caso da *Reviravolta Florianista*, destacada nos escritos de Wachowicz, sobre o Paraná:

O marechal Floriano Peixoto, assumindo a presidência do Brasil, como Vice-Presidente que era, afastou do poder todos os governadores e Assembléias Legislativas que haviam dado apôio ao golpe de estado de Deodoro. O Paraná foi novamente governado por uma junta militar. Esta convocou novas eleições sob





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

um novo regulamento eleitoral, com características acentuadamente republicanas... O novo governo, tanto executivo como legislativo, foi emposto em fevereiro de 1892. (WACHOWICZ, 1976, p. 122).

As terras paranaenses foram palco de bárbaros combates, pois durante a revolução federalista, o seu território foi o lugar de encontro entre tropas federalistas e legalistas, os quais desde o início da revolução receberam apelidos populares pelos quais passaram a ser conhecidos. “Os florianistas que eram os legalistas, ficaram conhecidos por “pica-paus”, devido ao tipo de armamentos que possuíam. Os federalistas receberam a alcunha de “maragatos”, que é um termo pejorativo de origem castelhana e que significa “pessoa desqualificada.”” (WACHOWICZ, 1976, p. 123). Este combate se deu por motivos políticos do Estado do Rio Grande do Sul, onde Marechal Floriano suspeitava das tendências políticas monárquicas e parlamentaristas de Silveira Martins. Já nas eleições para governador do estado, Júlio de castro foi eleito e os federalistas, partidários de Silveira Martins ficaram inconformados com a derrota, procedendo à invasão do estado.

Após uma ocupação relativamente fácil de santa Catarina, os revolucionários conceberam um plano audacioso, qual seja, o de invadir e ocupar o Paraná. Consistia em atacar o estado do Paraná por três frentes: Paranaguá, Tijucas e Lapa, concentrando-se após em Curitiba, antes de tentarem a conquista de São Paulo. (WACHOWICZ, p. 124, 1976)

No entanto, diante desta revolução sangrenta, o Paraná desempenhou papel um papel decisivo na repressão à revolução, pois enquanto a Lapa resistia Marechal Floriano Peixoto teve tempo para equipar sua nova esquadra e organizá-la em São Paulo para o contra ataque.

Outro grande conflito que as terras paranaenses enfrentaram, foi a famosa Guerra do Contestado que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, sendo caracterizada como a mais sangrenta guerra do país, denominada assim, pelos conflitos que ocorrem numa área de disputa territorial entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, onde houve milhares de mortes. Situação que se deu por motivos tais como: a construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul, onde se fez necessário a desocupação de terras por parte de famílias que ali residiam, as quais perderam suas propriedades. Outro motivo da guerra ter se consolidado, foi a compra das terras por pessoas ligadas a construtora da estrada de ferro, para o estabelecimento de uma grande empresa madeireira, situação que provocou a desocupação destas áreas e diversas famílias foram expulsas da região. E por fim, outro motivo foi a conclusão da estrada de ferro que fez com que os trabalhadores desta obra ficassem desempregados. Muitos se revoltaram, pois tinham sido trazidos de diversas regiões do país para ali trabalharem e com fim da obra por ali permaneceram sem apoio da empresa ferroviária ou do governo.

De acordo com Wachowicz (1976, p.149) “desde o século XIX, o sul do Brasil foi percorrido por figuras exóticas que a população chamava de “monges”, o que na região do





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Contestado não foi diferente, pois diante da crise econômica e governamental, o monge João Maria ganhou força, pregando a criação de um mundo novo, regido pelas leis de Deus, onde todos viveriam em paz e em prosperidade.

Os soldados e policiais começaram a perseguir o monge e seus seguidores. Com intuito de saber por que tantas as pessoas o seguiam. Sem resultados, armados, os camponeses resistiram e enfrentaram as forças oficiais matando todas as pessoas que fossem adversárias. Nestes conflitos armados, entre 5 mil e 8 mil rebeldes, na maioria camponeses, morreram.

A Guerra do Contestado foi uma forma de mostrar quais eram os verdadeiros interesses dos governantes, referentes às questões sociais que rondavam o início da República. Pois o que realmente importava era o desenvolvimento de grandes empresas, desta forma, os problemas da população mais pobre ficavam em segundo plano.

O ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ E A COLABORAÇÃO DE ROCHA POMBO

Uma das mais importantes conquistas do Paraná no seu período republicano foi a criação da universidade paranaense, a qual teve importante papel no desenvolvimento do Paraná, despertando grande interesse de intelectuais e historiadores brasileiros que tinham como objetivo, historiografar os acontecimentos do primeiro período da república, conhecido como “República Velha”.

Foi a universidade um elemento importante no impulso do progresso paranaense. Colaborou decisivamente para que o Paraná pleiteasse um lugar de destaque entre os mais prósperos estados brasileiros, transformando sua capital num dos maiores centros culturais do país. ((WACHOWICZ, 1976, p. 136)

O período da República Velha pode ser considerado um período denominado “Vergonha Nacional”, pois em sua primeira Constituição de 1891, foram várias as situações de descaso com a população.

A República referenda, em sua primeira Constituição (1891), a proibição ao voto do analfabeto e elimina a seleção de eleitores por renda. O censo de 1890 mostrava que mais de 80% da população brasileira era analfabeta, o que gerou, entre os intelectuais brasileiros, um sentimento de “vergonha”, diante dos países “adiantados”. (GALVÃO & SOARES, 2005, p. 262)

Desta forma, as primeiras décadas do regime republicano, fez com que se despertasse grande interesse de historiadores e intelectuais pelo desenvolvimento do país, através da própria instrução escolar.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas mobilizações, em diversas esferas da sociedade, em torno da alfabetização de adultos. Foram muitas as campanhas pela alfabetização no período. Ao lado de associações que congregavam intelectuais, vários estados, muitos dos quais administrados na área educacional pelos “renovadores”, tomaram iniciativas diversas em relação à questão, na medida em que gozavam de autonomia para implantarem seus próprios sistemas de ensino. Não havia uma Política nacional e centralizada de educação. (GALVÃO & SOARES, 2005, p. 262)

Partilhando da concepção exposta acima, este importante acontecimento teve grande apoio do intelectual paranaense, José Francisco da Rocha Pombo que visava o desenvolvimento do estado do Paraná e acreditava que isto seria possível através da implantação de uma universidade.

Rocha Pombo é um personagem da história paranaense e brasileira que pode ser abordada em diversas facetas: jornalista, político, historiador oficial da república Velha, deputado provincial pelo Partido Conservador e mais tarde deputado federal pelo Paraná, filólogo e professor. Foi um romancista com extensa produção e com uma das poucas obras de prosa de ficção simbolista – *No Hospício* – publicada em 1905, bem como com incursões no ideário socialista e reformador social. (BEGA apud CAMPOS, 2008, p. 35)

Pode-se destacar em especial o período de sua vida em que este intelectual atuou no legislativo paranaense, etapa que se faz parte fundamental para se compreender as situações que se fizeram de obstáculos para a efetivação do projeto universitário.

Intelectual Rocha Pombo

José Francisco da Rocha Pombo, nasceu em Morretes no dia 4 de dezembro de 1857, filho de Manuel Francisco Pombo e Angélica da Rocha. Faleceu a 23 de julho de 1933, no Rio de Janeiro.



Figura 1. José Francisco da Rocha Pombo
Fonte: (eletrônica 2011)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Rocha Pombo começou a sua atuação aos dezoito anos, no magistério substituindo seu pai. Durante a sua carreira profissional, atuou como poeta, jornalista, historiador e professor. Na profissão de jornalista teve sua primeira matéria publicada na revista “Fluminense”. Aos 22 anos, foi responsável pela fundação e direção do jornal “O Povo”, no qual defendia a Abolição e a República. Atuava destacadamente, em diferentes órgãos que compunham a província e devido a sua participação constante na vida política e intelectual, recebeu o cargo de Deputado Provincial em 1886.

Trabalhou como professor nas cidades de Ponta Grossa e Castro, onde nesta última fundou um colégio em 1822. Ainda nessa mesma localidade e no mesmo período casou-se com Carmelita Madureira, filha de grandes fazendeiros. Mais tarde retornando a Curitiba envolveu-se na redação da Gazeta Paranaense e em 1887 dirigiu o Diário Popular. (TAVARES, p. 04, s/d)

Em 1897, mudou-se para o Rio de Janeiro onde continuou atuando como professor e jornalista, trabalhou através de admissão de concurso na Congregação Colégio Pedro II e na Escola Normal. Já no ano de 1990, assim como relata Tavares (s/d), “Rocha Pombo foi admitido como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”.

Ainda nos escritos de Tavares (s/d), pode-se entender o porquê de Rocha Pombo fazer parte da história paranaense como intelectual renomado, pois:

Pode-se citar entre os seus inumeráveis cargos e ocupações seu pertencimento a antiga Academia de Letras do Paraná e da filiação a atual Academia Paranaense de Letras, da qual é patrono da cadeira número 17. Em 16 de março de 1933, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras na cadeira de número 39, ocupando a vaga de predecessores como Alberto Faria, Oliveira Lima e do renomado patrono Francisco Adolfo de Vernhagem, Barão e Visconde de Porto Seguro. Faleceu em 26 de junho de 1933, no Rio de Janeiro. Seu sepultamento ocorreu no Rio onde residia, entretanto em 1966 seus despojos foram levados para Academia Paranaense de Letras, em Curitiba. A urna com seus restos mortais, foi levada para Morretes, onde foi inumada na praça pública que recebeu seu nome. (p. 05)

Rocha Pombo, depois de ter entrado para o mundo das letras, defendia a criação de uma universidade, que por ele era entendida como um espaço que serviria para a constituição da modernização da cidade, elevando a cultura e a moral do seu povo, caracterizando-a como lugar de progresso e de civilização.

Rocha Pombo e a Ideia de Universidade

Para que a tão sonhada modernização do estado do Paraná se concretizasse era necessário grandes investimentos em projetos formativos bem definidos. E a ferrovia foi um dos símbolos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dessa modernização, pois expandiu em grande escala o desenvolvimento dos negócios erivateiros. Por outro lado, para o desenvolvimento desta ferrovia necessitava-se de pessoas qualificadas para o andamento da obra, o que poderia ser considerado uma dificuldade, porque estas pessoas qualificadas encontravam-se fora do Estado. É aí que entram as ajudas dos intelectuais da época.

Com a intenção de compreender melhor estes acontecimentos faz-se necessário compreender o que significava para a população da época, os chamados intelectuais e baseando-se em (Gomes apud Tavares, p. 5, s/d), estes seriam:

Intelectuais seriam profissionais da produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos. Além de produtores de bens simbólicos, esses intelectuais estavam integrados a “redes de sociabilidade diversas”, ou seja, não havia uma delimitação precisa da profissão que exerciam, ocorrendo não raramente uma fluidez às outras áreas de atuação do meio científico.

Contudo, na contemporaneidade, um intelectual, na maioria das vezes é designado ou denominado como uma pessoa de saber privilegiado que pode atuar nas diversas áreas do conhecimento, pois proporcionam pontos de observação únicos sobre a história do passado e em algumas vezes do presente, assuntos que estão no horizonte de diversas áreas, como as ciências humanas, exatas, técnicas ou científicas.

De acordo com Altamirano (2007), a constituição de um grupo de intelectuais é formada por um grande número de pessoas, sendo difícil de ser delimitado e propiciando a idéia de engajamento nas causas da vida pública, de forma a conceituar a vida política, cultural, social e economia entre outros aspectos.

Desta forma, entendendo a necessidade da elite ervateira que precisava de “espaços físicos de instrução para que formasse uma elite capaz de instituir, de modo acelerado, a modernização da produção, dos meios de transporte, de comunicação” (CAMPOS, 2008 p. 38), foi que um grupo de intelectuais, na sua maioria, poetas, jornalistas, escritores advogados, médicos e engenheiros, formados nas universidades do Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo, com intuito de modernização, começaram então, a interferir nas situações públicas, discutindo-se nos debates sobre modernização, civilização, progresso e ciência.

No entanto, a elite ervateira compreendia o processo de modernização, como meio de transformar os trabalhadores em profissionais com maior grau de escolaridade, obter meios de transportes mais eficientes para deslocamento da produção e atingir um grau de comunicação para com um maior número de pessoas podendo assim divulgar seus produtos. Já os jovens jornalistas entendiam que está poderia ser a fase tão esperada por eles, onde as questões culturais dariam um significativo “salto”, que seria, portanto o estabelecimento de ensino superior.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Para tanto, a universidade representava o lugar ideal para preparar a elite dirigente a fim de implementar a modernização da capital e do estado. O lugar para formar o agente responsável pelo progresso de modernização da cidade e do estado era a universidade, pois “era a engenheiro quem possuía o conhecimento sintético. Era a ponte entre o ‘filósofo’ e o ‘trabalhador mecânico’, entre o conhecimento ‘teórico’ e o ‘prático’. Ele passava a ser o detentor do complexo de conhecimentos que produziam a nova sociedade sob o modelo industrial. (CUNHA FILHO apud CAMPOS, p. 38, 2008)

Contudo, é de fácil compreensão, que a universidade para a população da época era vista como um caminho para abrir os horizontes da modernização do Paraná, basicamente com cursos técnico-profissionalizantes, já ofertados nas faculdades existentes, sendo apenas, um grau mais elevado de estudos.

Rocha Pombo, um dos grandes intelectuais da época, renomado devido a sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Academia Brasileira de Letras, eleito deputado pelo partido Conservador, afirmava que a oligarquia ervateira era uma forte aliada para constituição de mudanças diante da sociedade paranaense, pois segundo sua ótica, a sociedade não deveria construir leis ou revoluções e embasar-se nas mesmas com intuito de transformar a estrutura social e política do país. Assim como defende Campos (2008, p. 41), “a nova sociedade – livre e republicana – deveria ser constituída por amplo e profundo projeto educativo, ou melhor, o novo *ethos* deveria ser produto das condições históricas do Brasil.”

Nesta afirmação, é possível ressaltar que o intelectual paranaense, acreditava que era através da elite ervateira que a modernização da sociedade se consolidaria, destacando-se diante desta elite a figura de Barão do Serro Azul, ervateiro e político, que foi significativamente importante se tratando da efetivação da modernização do Paraná.

Destacando-se entre os principais intelectuais paranaenses, Rocha Pombo, foi quem se propôs a “trabalhar” em prol dessa modernização do Paraná, entendendo que para isso seria necessária a construção da tão sonhada e idealizada Universidade com sede na capital paranaense. Para ele a universidade cumpriria papel importante em seu projeto educativo, pois de acordo com os escritos de Campos (2006), a obra seria responsável pela formação do sábio que conduziria a cidade e a formação moral e intelectual de outros homens.

No pensamento de Rocha Pombo, a formação universitária deveria ser a expressão da totalidade do conhecimento humano. Nesse sentido, a Faculdade de Letras, a Faculdade de Formação de Professores e a Faculdade Técnica indicavam que esse intelectual paranaense postulava outro projeto para o Brasil, um projeto educativo pautado na formação integral da juventude brasileira. Assim, a universidade era pensada como sinônimo de conhecimento universal, pois nela estava o ponto de partida, o fundamento e o elo que unia todos os saberes construídos pelo ser humano. (CAMPOS, p. 54. 2005)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No entanto, Rocha Pombo sofreu certas dificuldades para estabelecer e realizar a construção e o desenvolvimento da universidade, pois a lei de 1892¹, por um lado consolidava a vontade do mesmo e por outro lado, contrapôs situações adversas ao seu projeto, pois não seria investido dinheiro público nesta obra. E por Rocha Pombo ser de classe remediada, jovem e com pouca experiência na área educacional, não conseguiu estabelecer alianças com a elite dirigente do Estado e desta forma não conseguiria consolidar o seu projeto de ensino superior.

O discurso de que o projeto universitário de Rocha Pombo foi pensado fora do tempo visava sustentar que instituições de ensino devem cumprir apenas a tarefa de responder as demandas da sociedade. Em outros termos, considerava a universidade produto da estrutura econômica. Em nossa concepção, a universidade é produto e produtora da sociedade, ou melhor, ela pode e deve forjar novos modos de pensar, agir e sentir em um determinado tempo e lugar. (CAMPOS, p. 59, 2005)

Somente vinte anos após a vontade de Rocha Pombo, que “nasceu” a universidade, fruto de obstáculos vencidos por seus idealizadores, e em 19 de dezembro de 1912 foi lançada a pedra fundamental do edifício que abrigaria a sede da Universidade do Paraná. Já em 24 de março de 1913, a universidade iniciou o seu funcionamento em prédio alugado, com corpo docente de 26 professores e 96 alunos.



Figura 2. Universidade Federal do Paraná

Fonte: (eletrônica)

¹ A lei nº 63, de 10 de dezembro de 1892, que concedeu, por cinquenta anos, a Rocha Pombo o direito para estabelecimento de uma universidade na capital do Paraná, determinava que o estado comprometia-se a pagar ao concessionário uma taxa de juro de seis por cento ao ano sobre o capital efetivamente empregado, estabelecendo o máximo de mil contos de reis, a contar da data da inauguração dos cursos; previa, também a isenção de todos os impostos devidos ao Estado pelo material destinado ao estabelecimento de ensino. (LEIS DO PARANÁ 1892, p. 262 apud CAMPOS, 2006, p. 02)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A universidade deu a ideia de universidade-monumento aos seus fundadores, demonstrando assim a contraposição ao que foi pensado sobre a iniciativa de Rocha Pombo. O acontecimento foi um marco histórico e decisivo na História do Paraná, sendo, em pouco tempo, a Universidade reconhecida pelo Estado e recebendo auxílios do mesmo a medida do possível.

Devido à importante figura que fora para a sociedade paranaense, o intelectual Rocha Pombo foi homenageado inúmeras vezes pela então sociedade, através da nomenclatura de Escolas Municipais e Estaduais, podendo-se citar em especial a Escola Normal de Grau Ginásial Professor Rocha Pombo, posteriormente chamada, a partir do decreto nº 20.310², de 23 de dezembro de 1965 de Escola Normal de Grau Colegial Professor Rocha Pombo, situada no Município de Mallet – Paraná, na Rua Cel. João Gualberto, a qual era regida pela lei (4.024/61) sendo extinta, por força da lei de implantação da Reforma de Ensino, entrando em funcionamento o atual Colégio Professor Dario Veloso – Ensino de Segundo Grau.

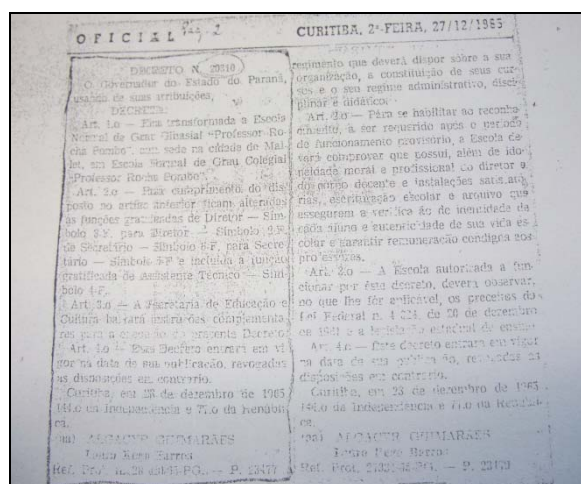


Figura 3. Diário oficial
Fonte: Arquivo da Escola



Figura 4. Frente do colégio Estadual Professor Dario Veloso (Em seus primórdios funcionou a Escola Normal de Grau Ginásial Professor Rocha Pombo)
Fonte: Arquivo da Escola

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se evidencia neste estudo, muitas foram às etapas vencidas pelo Estado do Paraná até a sua modernização. Enfrentando, as diversas dificuldades expostas no decorrer do trabalho, como é caso da colonização, na qual os imigrantes tiveram que desbravar um local desconhecido e desabitado, para produzir e desenvolver-se, a questão do tropeirismo, onde enfrentavam diversas

² O Governador do Estado do Paraná, usando de suas atribuições decreta: Art. 1º - Em transformada a Escola Normal de Grau Ginásial “Professor Rocha Pombo”, com sede na cidade de Mallet, em Escola Normal de Grau Colegial “Professor Rocha Pombo”. Dados fornecidos pelo Colégio Estadual Professor Dario Veloso.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dificuldades, entre elas a viagem com duração de três meses pela mata fechada onde tinham que cortar picadas para poderem passar.

No entanto, muitas foram às vitórias e conquistas que fizeram o Paraná ganhar garra e desenvolver-se econômica, social, política e intelectualmente. Isso tudo devido aos renomados nomes que fizeram parte da história paranaense, como é o caso de Zacarias de Goes e Vasconcelos, primeiro presidente do Paraná, ainda na era provincial, que contribuiu para com o desenvolvimento, dando importância a construção da Estrada da Graciosa e a construção de várias escolas primárias. Houve também o renomado intelectual Paranaense, José Francisco da Rocha Pombo que idealizou a Universidade do Paraná, no contexto de modernizar o Estado.

O presente estudo desvelou a importância do intelectual paranaense Rocha Pombo no decorrer da história do Estado, demonstrando sua garra e confiança em seus ideais. O primeiro a propor a constituição do ensino superior no Estado, movendo-se pela ação jornalística e parlamentar, defendendo a questão de que o ensino superior deveria se preocupar com a formação de elite que fosse capaz de comandar uma nação sendo denominado, por Rocha Pombo como “Sábios”. Ele ainda acreditava que era necessário estabelecer a formação humanista bem como a formação de professores.

Acredita-se que alcançamos nosso objetivo de pesquisa, na medida em que apresentamos a importância de Rocha Pombo para a sociedade paranaense. Sendo este representado diversas vezes por inúmeras Instituições paranaenses e nacionais, que levam o nome deste importante intelectual.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Carlos. **Idéias para um Programa de História Intelectual**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n.1. Junho, 2007.

CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais Paranaenses e as Concepções de Universidade: 1892 – 1938**. 17 f. Artigo da Tese defendida no Programa de Pós – Graduação em Educação da UFPR, Curitiba: 2006.

CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais Paranaenses e as Concepções de Universidade (1892-1950)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

CASALECCHI, José Ê. **A Proclamação da República**. 5ª ed. - São Paulo: Ed. Brasiliense – 1992.

GALVÃO, Ana M. de O.; SOARES, Leôncio. **Uma História da Alfabetização de Adultos no Brasil**. In: BASTOS, Maria H. C.; STEPHANOU, Maria.(orgs). **Histórias da Educação do Brasil**. Vol. III. Petrópolis. Ed. Vozes, 2005. p. 257-277

LAVALLE, Aida M. **A Madeira na Economia Paranaense**. Curitiba: Ed. Grafipar – 1981.

MARTINS, Ana L. **O Despertar da República**. São Paulo: Ed. Contexto. 2001.

PASTRE, Marcelo. **Instrução Pública na Província do Paraná – História e Legislação (1854 – 1889)**. 19 f. Trabalho apresentado como parte do doutorado em andamento na Universidade Metodista de Piracicaba. Curitiba: Unimep . s/d.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

TAVARES, Maria R. **Refletindo e Escrevendo o Brasil: Rocha Pombo e a Produção Historiográfica na Primeira República**. 12 f. Caderno de Resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUOFP, 2011.

ZWIERZYKOWSKI, Even M. B. **A Organização do Ensino dos Imigrantes Poloneses no Município de Mallet – Paraná (1900-1940)** 21 f.. Artigo apresentado na X Jornada do HISTEDBR: “História da Educação: intelectuais, memória e política”, na Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB. 2011.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba : Ed. dos Professores .1967.

